

# JE

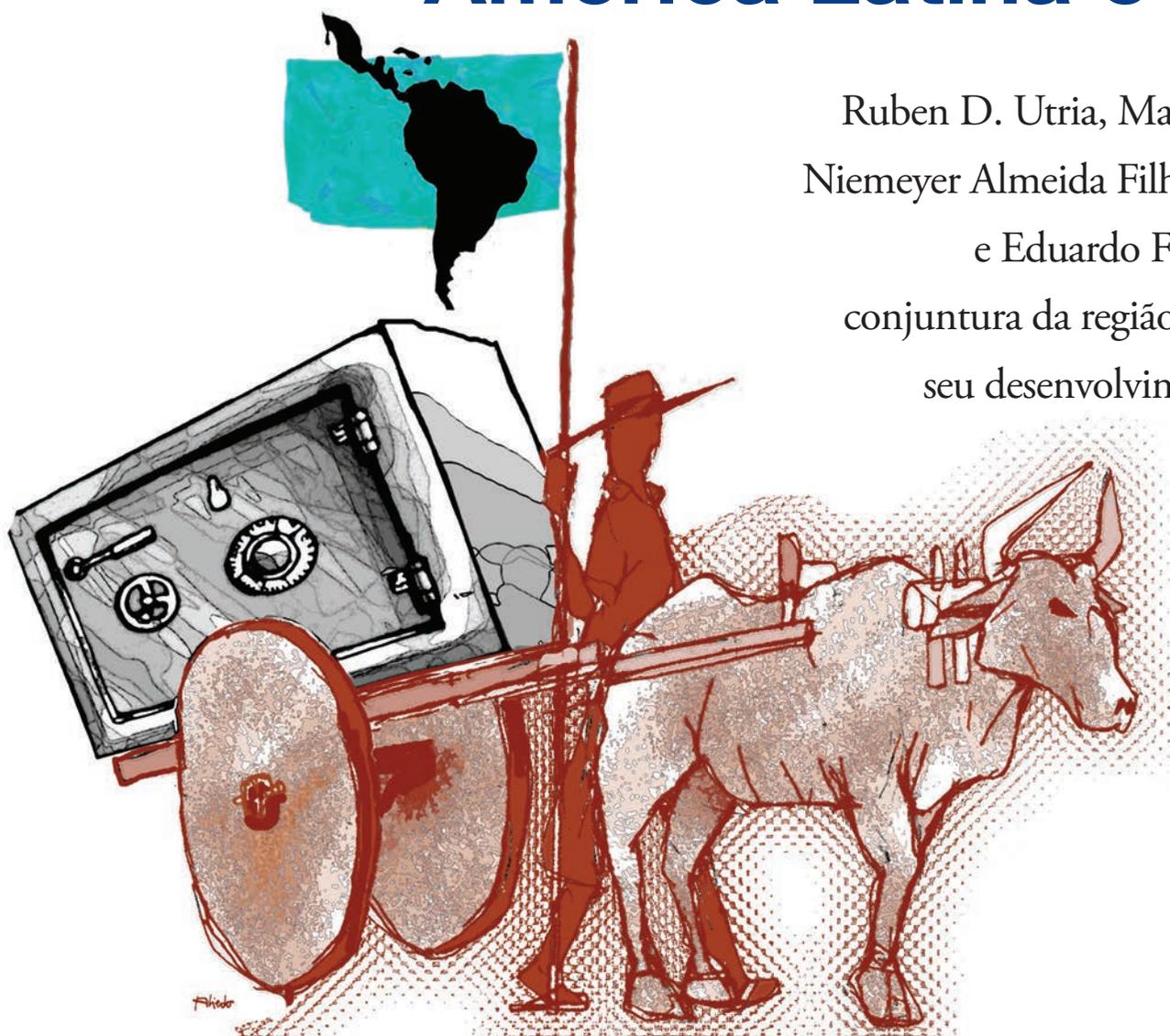
# Jornal dos Economistas

Nº 329 Dezembro de 2016

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

## Desenvolvimento da América Latina e Caribe

Ruben D. Utria, Marcelo Carcanholo,  
Niemeyer Almeida Filho, Arthur Koblitz  
e Eduardo Fagnani abordam a  
conjuntura da região e modelos para o  
seu desenvolvimento e integração



Newton Golek demonstra que a Tabela Price  
capitaliza os juros da forma composta

Fórum avalia impactos das propostas de  
Crivella nas despesas do Município do Rio

## América Latina e Caribe

Motivado pelo seminário internacional “Modelo de desenvolvimento para América Latina e Caribe”, organizado pelo Corecon-RJ, esta edição do JE propõe-se a expandir a discussão do tema com palestrantes do evento e outros especialistas.

O bloco temático começa com a cobertura do seminário, seguida de entrevista com o economista colombiano Ruben D. Utria, que apresenta uma visão pessimista a respeito do desenvolvimento e integração da região, onde o pêndulo político deu uma guinada à direita.

Marcelo Carcanholo, da UFF, aponta o renascimento na região do neoliberalismo sem concessões, que procura repassar os custos da crise econômica para a classe trabalhadora. A alternativa é a ruptura radical, também sem nenhuma concessão, com o neoliberalismo.

Niemeyer Almeida Filho, da Universidade Federal de Uberlândia, relaciona a guinada conservadora na América Latina com a incapacidade dos governos progressistas de fazer mudanças estruturais. No Brasil, não há forças sociais em condições de promover mudanças e só um colapso do processo de reprodução social pode alterar essa tendência histórica.

Arthur Koblitz, da Associação dos Funcionários do BNDES, ressalta a importância dos criticados financiamentos do banco a obras de infraestrutura na América do Sul. Estas obras de integração são fundamentais para que nossos vizinhos se tornem fornecedores de energia para o Brasil e mercados para produtos industriais brasileiros.

Eduardo Fagnani, da Unicamp, cita estudos da Cepal que atribuem a redução das desigualdades sociais e pobreza extrema no continente na década passada ao crescimento econômico, mas alerta para o retrocesso recente.

Fora do bloco temático, Newton Golek, economista e perito judicial, demonstra que a Tabela Price capitaliza os juros da forma composta, ao contrário do que defendem certos peritos.

O artigo do Fórum avalia os impactos nas despesas do Município do Rio da implementação das propostas do futuro prefeito Marcelo Crivella. A conclusão é que ele enfrentará dificuldades para cumprir as promessas em um contexto de queda de recursos.

## Sumário

América Latina e Caribe .....	3
<b>Economistas discutem desenvolvimento da América Latina e Caribe</b>	
Entrevista: Ruben D. Utria .....	4
<b>“A guinada para direita no pêndulo político na América Latina representa um retrocesso histórico e político. E o pior é a falta de consciência.”</b>	
América Latina e Caribe .....	5
<i>Marcelo Dias Carcanholo</i>	
<b>Auge e declínio dos governos progressistas na América Latina: alternativas de desenvolvimento na atual conjuntura</b>	
América Latina e Caribe .....	7
<i>Niemeyer Almeida Filho</i>	
<b>Contradições e possibilidades de progresso social do desenvolvimento brasileiro</b>	
América Latina e Caribe .....	9
<i>Arthur Koblitz</i>	
<b>Integração de infraestrutura da América do Sul: recontextualizando o debate sobre a exportação de serviços para obras de infraestrutura</b>	
América Latina e Caribe .....	11
<i>Eduardo Fagnani</i>	
<b>Estado e distribuição de renda na América Latina e Caribe: notas sobre a experiência brasileira recente</b>	
Perícia judicial .....	13
<i>Newton Bandeira de Mello Golek</i>	
<b>A verdade sobre o anatocismo</b>	
Fórum Popular do Orçamento .....	14
<b>As promessas eleitorais e a realidade orçamentária carioca</b>	

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 9h às 10h30, na Rádio Livre, AM, do Rio, 1440 khz ou na internet: [www.programafaixalivre.org.br](http://www.programafaixalivre.org.br) ou [www.radiolivream.com.br](http://www.radiolivream.com.br)

**Conselho Editorial:** Sidney Pascoutto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Marcelo Pereira Fernandes, Gisele Rodrigues, Wellington Leonardo da Silva, João Manoel Gonçalves Barbosa, Paulo Passarinho, Sergio Carvalho C. da Motta, José Ricardo de Moraes Lopes e Gilberto Caputo Santos. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques ([rossana.henriques@gmail.com](mailto:rossana.henriques@gmail.com)). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 13.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** [imprensa@corecon-rj.org.br](mailto:imprensa@corecon-rj.org.br)

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

### CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906  
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106  
Correio eletrônico: [corecon-rj@corecon-rj.org.br](mailto:corecon-rj@corecon-rj.org.br)  
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

**Presidente:** José Antonio Lutterbach Soares. **Vice-presidente:** Sidney Pascoutto da Rocha. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2014-2016) Arthur Câmara Cardozo, Gisele Mello Senra Rodrigues - 2º TERÇO: (2015-2017) Antônio dos Santos Magalhães, Gilberto Caputo Santos, Jorge de Oliveira Camargo - 3º TERÇO: (2016-2018) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascoutto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2014-2016) Andréa Bastos da Silva Guimarães, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes - 2º TERÇO: (2015-2017) André Luiz Rodrigues Osório, Flavia Vinhaes Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2016-2018) Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz, José Ricardo de Moraes Lopes, Sergio Carvalho Cunha da Motta.

### SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21)2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: [sindecon@sindecon.org.br](mailto:sindecon@sindecon.org.br)

### Mandato – 2014/2017

**Coordenação de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascoutto da Rocha (Coordenador Geral), Antonio Melki Júnior, Jose Ricardo de Moraes Lopes e Wellington Leonardo da Silva  
**Coordenação de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos.  
**Coordenação de Divulgação Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach e André Luiz Silva de Souza.  
**Conselho Fiscal:** Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo

# Economistas discutem desenvolvimento da América Latina e Caribe

O seminário internacional “Modelo de desenvolvimento para a América Latina e o Caribe”, organizado pelo Corecon-RJ em 28 e 29 de novembro no teatro do BNDES, reuniu economistas renomados do Brasil, Argentina, Chile, Cuba, México e Colômbia, que discutiram a situação da região e ações capazes de reverter as desigualdades sociais e promover sua integração geopolítica e econômica.

Gabriel Palma, economista chileno e professor em Cambridge, abriu o seminário com uma palestra, na qual ressaltou que houve a partir de 1980 uma queda na produtividade de países da região, como Brasil e Argentina, com relação a países asiáticos. Palma classificou como “vandalismo econômico” a política adotada no Brasil, que combinou abertura econômica com câmbio sobrevalorizado.

O economista colombiano Ruben D. Utria falou na abertura da primeira mesa do seminário (veja entrevista na página 4). Na sequência, o economista brasileiro João Sicsú, ex-Ipea, enfatizou a importância do protagonismo da sociedade na definição de um modelo de desenvolvimento: “O projeto de desenvolvimento tem que ser construído por todos os segmentos sociais, em particular pelos excluídos, e não nos gabinetes”.

No encerramento da primeira mesa, o economista brasileiro Ricardo Bielchowsky, ex-Cepal e atualmente, no IE/UFRJ, apontou as linhas gerais para o modelo de desenvolvimento nos grandes países da região, como Brasil, México e Argentina: o fortalecimento

do mercado interno e da indústria.

Após o almoço, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães fez uma síntese brilhante da história econômica e política da América Latina e Caribe e destacou a importância da integração regional: “Os mercados são pequenos para as indústrias modernas e é necessário integrá-los”. O embaixador salientou que os EUA não veem com bons olhos a integração da região, porque desejam a abertura dos mercados destes países.

O economista brasileiro Ricardo Ubiraci Sennes relatou as disputas internas no Brasil acarretadas pelo processo de integração do país com seus vizinhos. O Mercosul era visto pelas elites do Norte e Nordeste como um catalisador das desigualdades regionais brasileiras. Estas elites foram favoráveis à entrada da Venezuela no Mercosul, porque o ingresso representaria um impulso ao desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste.

Na primeira mesa do segundo dia do seminário, o economista brasileiro Eduardo Fagnani, da Unicamp, expressou sua preocupação com a situação atual do Brasil: “Hoje está em curso um projeto de destruição de todos os mecanismos de desenvolvimento do país. Este período de 2015 a 2018 pode ser o fim de um ciclo de cidadania social, que começa em 1988. O artigo 6º da Constituição, que diz quais são os direitos, será letra morta pela asfixia de recursos financeiros”.

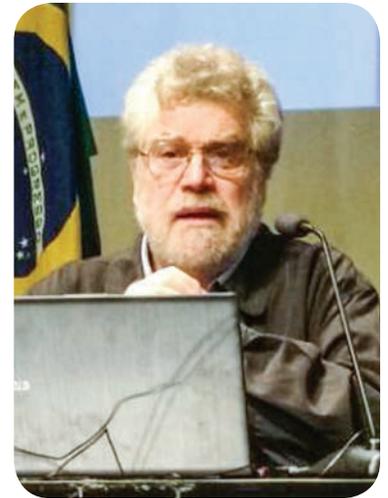
O economista argentino Ruben Lo Vuolo destacou questões relacionadas às mulheres da região: “A ausência de um sistema

público de cuidado das crianças na América Latina faz com que as mulheres de classe média e alta só possam entrar no mercado de trabalho graças às mulheres de classe baixa, que cuidam dos seus filhos”. Ele considera que é fundamental ampliar o acesso estatal de cuidado nos primeiros anos de vida e critica o fato de o trabalho doméstico de criação dos filhos não ser reconhecido e contabilizado nas contas nacionais: “Não há trabalho mais útil para reprodução do Capitalismo do que este. Você pode suprimir todos os gerentes das multinacionais que o Capitalismo vai seguir, mas se as mulheres fazem greve e não cuidam da força de trabalho, o Capitalismo acaba”.

Na segunda mesa do dia, o economista mexicano Jorge Mátar abordou aspectos relativos à infraestrutura necessária para o desenvolvimento e integração da América Latina e Caribe. Mátar detalhou a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), programa conjunto dos países da América do Sul para modernização da infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações.

O economista brasileiro Arthur Koblitz, do BNDES, defendeu o programa do banco de financiamento a empreiteiras brasileiras que executam projetos de integração de infraestrutura nos países vizinhos ao Brasil (veja entrevista nas páginas 10 e 11).

Na última mesa do seminário, o economista brasileiro Ronaldo Fiani apresentou um panorama da geopolítica mundial, no qual destacou a aliança econômica estra-



Gabriel Palma

tégica entre China e Rússia, que preocupa os EUA. Os investimentos da China na América Latina e Caribe trazem a região para o conflito geopolítico global: “Na medida em que os investimentos da China reduzem a dependência dos países da região dos recursos norte-americanos, você coloca a região no meio desse conflito”.

O economista cubano Hugo Pons Duarte apontou a contradição do fato de que 80% dos indicadores sociais de Cuba são de um país desenvolvido, apesar de a ilha ter uma economia subdesenvolvida: “A única explicação que existe é que os recursos são investidos em função da sociedade.” Pons reconheceu a dificuldade de Cuba obter financiamento, mas destacou avanços como a construção do Porto de Mariel, com apoio do Brasil. Sobre a ameaça do presidente-eleito dos EUA, Donald Trump, de retroceder no processo de reaproximação com Cuba, Pons disse que “Cuba já está acostumada a viver sob o embargo econômico” e vai seguir sua trajetória.

## “A guinada para direita no pêndulo político na América Latina representa um retrocesso histórico e político. E o pior é a falta de consciência.”

Especialista em planejamento do desenvolvimento nacional, o colombiano Ruben D. Utria trabalhou na Cepal durante mais de 20 anos e para os governos federal e de diversos departamentos e municípios da Colômbia, além de prestar consultoria para o Banco Mundial e governos europeus. O economista é autor de vários livros sobre teoria e metodologia de desenvolvimento e planejando e lecionou em instituições como a Universidade de Salamanca, na Espanha. Atualmente, atua como consultor e professor em Bogotá.

Utria concedeu essa entrevista ao JE no Rio de Janeiro, onde foi palestrante do seminário “Modelo de desenvolvimento para a América Latina e o Caribe”.

**P: Você acredita que houve uma guinada à direita nos governos da América Latina?**

R: Sim. Já temos vários governos que caíram como parte desse movimento do pêndulo político, que foi fortalecido com a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos. Na Europa, as próximas eleições serão vencidas por governos de direita. Na França, por exemplo, a senhora Le Pen vai ganhar.

**P: E o que significa essa guinada para a América Latina e o Caribe?**

R: Um retrocesso no processo histórico político. E o pior é que a América Latina não tem uma consciência. Teve nos anos 1960, e aí a perdeu. A conduta dos seres humanos se dá quando eles enten-

dem o problema, e entendendo-o assumem uma posição racional.

A América Latina tem um conjunto de burguesias e oligarquias nacionais querendo negociar diretamente com as grandes potências. Os governos não são governos nacionais, são governos de um setor rico e poderoso de cada país. E para eles é mais fácil se fazerem sócios das transnacionais e dos interesses estrangeiros que dos sindicatos ou partidos.

**P: Qual é o modelo possível para o desenvolvimento econômico e social da América Latina?**

R: Começa pela tomada de consciência. Precisamos que pelo menos uma geração tenha êxito em pensar, de tal maneira que, quando essa geração chegar ao poder, já haja uma unidade. Agora não temos essa unidade, e o que tínhamos, perdemos, porque os EUA montaram ditaduras em todos os países e houve repressão a todos os ideólogos da integração.

**P: Mas recentemente houve na América Latina, e ainda há, governos de esquerda e a favor da integração da região...**

R: O único país que



poderia promover a integração era a Venezuela, porque tem petróleo, mas isso se acabou por causa da queda dos preços. Além disso, todas as oligarquias entraram em acordo para desacreditar Chávez. Chávez não era um ideólogo, era um sargento, um militar, não tinha a formação e a capacidade. No Equador, fecharam todos os caminhos para o Correa. A imprensa está contra ele e o transformou em um homem muito nervoso. Quando fala, sente-se que ele está amargo. Assim um líder não consegue... Na Argentina, morreu o líder e não houve apoio para a esposa do líder substituí-lo. Em Cuba, todo o aborrecimento agora é porque o líder é o irmão de Fidel. Não havia outro.

Então eu acho que é difícil... não tenho ilusões.

**P: Como você avalia a economia brasileira? Qual é o caminho para sair da crise?**

R: Penso que o país da região que mais tem possibilidade de se industrializar rapidamente é o Brasil, mas precisa resolver o problema político. O Brasil tem um mercado interno suficiente para que a industrialização seja possível. Tem a extensão territorial e tem negócios com todos os países africanos. Todas as obras grandes da África são feitas por empresas brasileiras. Na Ásia, o Brasil tem muito bons contatos, assim como no norte da África. Mas é preciso resolver o problema político.



# Auge e declínio dos governos progressistas na América Latina: alternativas de desenvolvimento na atual conjuntura

Marcelo Dias Carcanholo\*

Os chamados governos progressistas na América Latina se apresentaram como alternativas ao neoliberalismo que se aplicava de forma contundente nos anos 90 do século passado. O neoliberalismo aprofundou a condição dependente das economias da região, uma vez que incrementou o processo de transferência de valor produzido nessas economias, mas que é apropriado e acumulado nas economias centrais. Esse processo de transferência de valor inclui tanto os diferenciais de produtividade média entre os capitais em cada uma das economias, como também os pagamentos de serviços de dívida e do passivo externo.

Ao contrário da ideia mais difundida, o neoliberalismo não se define por uma política econômica ortodoxa (superávits primários na política fiscal, regime de metas inflacionárias para a política monetária e regime de câmbio flutuante). Segundo seus defensores, ele se define, em um primeiro momento, pela estabilização macroeconômica como um pré-requisito fundamental. Que tipo de política econômica seria utilizada, se mais ou menos ortodoxa, é o contexto conjuntural que decide. Em um segundo momento mais fundamental, que se define nos marcos estruturais da economia, deveriam ser aplicadas as reformas estruturais liberalizantes (privatizações, liberalização e abertura dos principais mercados), que seriam

as responsáveis pela construção de um ambiente econômico competitivo que incentivasse os aumentos de produtividade e investimentos privados, ainda segundo eles, única forma de garantir um crescimento sustentado com redistribuição de renda.

Os resultados práticos da implementação desta estratégia na América Latina e Caribe, a partir dos anos 90 do século passado, são provas empíricas incontestes dos efeitos que o neoliberalismo produz para economias dependentes, como as que compõem a região. As privatizações e aberturas de mercados acentuam os problemas estruturais de diferença de produtividades médias entre os capitais que atuam na região e os estrangeiros, ao mesmo tempo em que eleva a desnacionalização/transnacionalização das economias. Os problemas estruturais de déficits em balanços de pagamentos, elevados estoques de dívida e passivos externos, trajetórias instáveis no pagamento desses serviços, entre outras características estruturais das economias dependentes, são agravados pelo neoliberalismo, na medida em que incrementam os já mencionados mecanismos de transferência de valor.

Quais eram as alternativas de desenvolvimento ao neoliberalismo, ao menos nas economias dependentes? A primeira era modificar a composição da forma de apropriação do excedente produzido mediante a superexploração do trabalho. Assim, reduzir as taxas de



juros para níveis abaixo das taxas de lucro do capital na esfera produtiva incentivaria a reprodução do capital de forma ampliada, com uma dinâmica de crescimento sustentável. Esta última define o que se passou a chamar de estratégia neodesenvolvimentista, característica dos governos progressistas que não se propuseram modificações mais estruturais, como Argentina e Brasil. Mas o neodesenvolvimentismo constitui uma falsa alternativa ao neoliberalismo.

Quanto às reformas estruturais a favor da mercantilização da sociedade, o máximo que se dizia era que o custo de reversão das reformas poderia ser maior que o benefício. Tinha-se, portanto, que conviver com os custos sociais – segundo eles, primordialmente de curto prazo – das reformas, sendo que as políticas sociais se encarregariam de minimizar os problemas de curto prazo. O que essa propos-

ta tinha de diferente? Unicamente a alteração da política econômica! Ao reduzir as taxas de juros, a política econômica distinta proporcionaria o crescimento dos investimentos privados, e portanto da economia (emprego e renda). Mas as reformas estruturais liberalizantes não só seriam mantidas, como, em alguns casos, aprofundadas.

A outra alternativa seria romper com as reformas neoliberais. Isto implicaria, além de modificação da política econômica, reverter os processos de liberalização e abertura dos mercados, retroceder nas privatizações, renacionalizando setores estratégicos da economia. Esta alternativa, ao romper com as reformas neoliberais, reduziria o peso dos mecanismos de transferência de valor, diminuindo a necessidade de elevar a exploração da força de trabalho e, portanto, possibilitando uma redistribuição da renda e da riqueza. Esta redistribuição, por sua parte, ainda contribuiria para a criação/ampliação de um mercado interno, necessário para compensar a redução do mercado externo (via exportações), como padrão de acumulação que caracterizou as economias da América Latina e Caribe entre 2001 e 2008.

Em termos de economia política, o que esta alternativa promove é uma contraposição extremamente radical com fortes interesses internos e externos de classes e frações de classes que se beneficiam do atual padrão de acumulação do capitalismo dependente. Isto implica uma forte reação des-

ses setores, tanto econômica como política, o que exige do campo alternativo e crítico uma força política constituída para enfrentar a reação, uma base popular forte e consciente, em síntese, uma acumulação de forças e consciência para enfrentar a luta de classes que isso provocaria. Esta alternativa de enfrentamento mais estrutural pode caracterizar, com várias especifi-

idades e diferenças entre eles, processos em países como Venezuela, Bolívia e Equador.

As distintas alternativas de desenvolvimento não resolvem, em si, os condicionantes estruturais destas economias dependentes, mais relacionados com as características da divisão internacional do trabalho, específicas em cada momento histórico. O que elas po-

dem fazer – e isto não é pouco – é reduzir o grau dessa dependência. Além disso, os condicionantes estruturais da dependência podem ser agravados ou aliviados pela conjuntura, especificamente pelo cenário externo.

Independente do maior ou menor enfrentamento ao neoliberalismo, os governos progressistas se apoiaram em um cenário externo favorável da economia mundial, em que os preços das commodities exportadas subiram fortemente, ao mesmo tempo em que a quantidade exportada também crescia em função do considerável crescimento de economias que aumentaram sua participação na pauta exportadora da região, como a China. Aliado a isso, entre 2001 e 2007, o ciclo de liquidez internacional também favorável, com baixas taxas de juros, permitiu o aumento das reservas estatais e da arrecadação estatal. Com isto, abriu-se a possibilidade de uma política de conciliação de classes, uma vez que, junto ao crescimento das rentabilidades dos capitais, a maior arrecadação estatal permitiu a implementação de políticas sociais que minimizassem os efeitos sociais da superexploração do trabalho, e, em alguns casos, com alguma melhora na redistribuição de renda.

O estouro da crise na economia mundial, a partir de 2007, reverteu radicalmente o cenário externo, o que redefine duas questões interligadas para os desafios da América Latina e Caribe na conjuntura atual.

Por um lado, a perspectiva hegemônica no mundo, e na região, é de uma retomada da estratégia neoliberal, sem nenhuma coloração progressista, com

as propostas de fortes ajustes fiscais e retomada/avanço dos programas de privatizações e abertura/liberalização de mercados. Por outro lado, a possibilidade que o cenário externo favorável colocava para a manutenção das políticas de conciliação de classe, característica dos governos progressistas, se esgotou. Não é por outras razões que a forte guinada à direita no espectro político-econômico tem se concretizado nos últimos tempos na região.

O que a atual conjuntura econômica e política coloca para a América Latina e o Caribe é, portanto, uma disjuntiva muito clara. O que se vê, de forma hegemônica na região, é o renascimento do neoliberalismo sem concessões, com forte base política conservadora, que procura repassar os custos do ajuste da crise econômica para a classe trabalhadora. A proposta é clara: fortes ajustes fiscais, baseados nos gastos públicos que minimizavam os efeitos sociais do capitalismo dependente; programas de reformas que reforçam as privatizações, abertura de mercados, flexibilização de leis e direitos sociais, entre outros. Não há espaço mais para nenhum tipo de conciliação, seja nas políticas sociais, ou no interesse de distintas classes sociais.

Qual a alternativa para a região, de um ponto de vista popular? A ruptura radical, também sem nenhuma concessão, com o neoliberalismo. Tampouco há mais espaço para as fantasias neodesenvolvimentistas.

\* É presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), professor associado da Faculdade de Economia da UFF, membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e Marxismo (NIEP-UFF) e professor colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF-MST).



# Contradições e possibilidades de progresso social do desenvolvimento brasileiro

Niemeyer Almeida Filho\*

A estratégia de desenvolvimento brasileira é historicamente objeto de disputa e discussão pública social entre distintas forças sociais; é objeto de discussões acadêmicas, também. Por detrás da discussão estão modelos de desenvolvimento e, portanto, diferentes ideologias e visões de mundo. Quem, pelo menos os da geração dos anos 1950, não se lembra do debate clássico entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin? Não obstante, aos poucos, vai-se impondo desde os anos 1990 uma aspiração social resignada a avanços graduais e pontuais, mesmo assim sujeitos a abalos, abandonando-se por completo a ideia de que um dia alcançaremos os níveis dos países desenvolvidos europeus, que são os que melhores condições sociais adquiriram ao longo da história contemporânea.

Do meu ponto de vista, há pelo menos duas razões de fundo para isto. A primeira razão, econômica, é que fomos incapazes de superar

nossa inserção histórica nas sucessivas divisões internacionais do trabalho que se conformaram tanto no período de auge do nosso processo de industrialização de transição ao capitalismo (1930 a 1967) quanto já na fase de capitalismo avançado (1968 em diante). A segunda, política, é que a estrutura social brasileira, a cultura social, não engendrou um âmbito de política progressista, reiterando-se no processo de modernização econômica a hegemonia de forças sociais do campo dominante do capitalismo, concentradas na região Sudeste, com poucas exceções históricas.

Quanto à primeira das razões, há similitudes com as demais economias da região, com ressalva das especificidades do México, pela proximidade territorial com os Estados Unidos. Mesmo assim, descontadas as características da indústria mexicana (em grande parte montadora, as maquilas), persistem as condições históricas de inserção na divisão internacional do trabalho. A região latino-americana tem a característica

básica de exportação de produtos de baixo conteúdo tecnológico e importação de produtos mais sofisticados, a depender do grau de complexidade das economias. (Veja Tabela I)

No Brasil, o processo de industrialização permitiu a diversificação da pauta de exportações, enquanto a política de desenvolvimento sustentou o foco na superação do subdesenvolvimento, aqui considerado nos termos de Celso Furtado, de busca de domínio tecnológico e padrão de consumo minimamente nacionais. Desde que este foco foi abandonado, ademais das circunstâncias históricas de elevação extraordinária do preço de commodities nos anos 2000, houve regressão da pauta de exportações.

No que diz respeito às estruturas sociais latino-americanas, há evidentemente características nacionais genuínas, sobretudo relacionadas aos tamanhos relativos das populações e reservas de riqueza, aí incluídas as dimensões territoriais economicamente aproveitáveis. Há concentração de riqueza e concentração política de representação e poder.

Este tema merece breve detalhamento pela importância que assume na conjuntura. Há relação relevante entre os planos da economia e da política, esta pensada no sentido amplo de classes, frações de classe, grupos sociais e estamentos. As características históricas das economias nacionais da região, antes colocadas na observação da inserção na divisão internacional do trabalho, pela reprodução em temporalidade alongada, vão-se estabelecendo igualmente do ponto de vista político.

A relação entre os planos da economia e da política impõe-se pela re-



lação que existe entre a estrutura da produção (sentido amplo para incluir todas as atividades econômicas) e a estrutura do emprego. Há sedimentação dos interesses de classe em determinados setores, cujo peso relativo na economia os torna relevante politicamente.

Segundo a PNAD 2016 (segundo trimestre), alguns dos principais grupamentos de atividades na economia brasileira quanto à ocupação são Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas, com 19,2%; Administração Pública, Defesa, Seguridade Social, Educação, Saúde Humana e Serviços Sociais, com 17,4%; Indústria de transformação, com 11,5%; Agricultura, Pecuária, Produção, Pesca e Aquicultura, com 10,4 %; Construção, com 8,2%; Transporte, Armazenagem e Correio, com 5,0%; Informação, Comunicação e Atividades Financeiras, Imobiliárias, Profissionais e Administrativas, com 10,7%; Serviços Domésticos, com 7,0%.

Vale um adendo importante para avaliar essa relação e peso.

**Tabela I – Participação dos Produtos Primários no Total das Exportações (%) (países selecionados da América do Sul e México)**

País	1962	1990	2000	2010	2015
Argentina	96,5	70,9	67,5	66,8	70,6
Bolívia	95,1	95,3	71,1	93,6	93,1
Brasil	96,9	48,1	41,6	62,9	61,9
Chile	96,5	88,7	83,8	87,4	85,6
Colômbia	97,0	74,9	67,5	76,1	75,8
Equador	98,2	97,7	90,1	90,2	92,3
México	85,6	56,5	16,5	24,0	17,1
Paraguai	88,6	90,1	81,1	92,6	89,9
Peru	99,1	81,6	79,7	86,3	85,1
Uruguai	...	61,2	58,1	74,0	74,8
Venezuela	93,9	89,6	90,9	95,7	...
América Latina e o Caribe	94,5	66,9	42,0	55,1	45,8

Fonte: CEPALSTATICS.

Nas economias latino-americanas, o Estado tem importância relativa maior, se comparado com o que ocorre em economias desenvolvidas. Não se trata apenas de analisar o peso do setor público no total da economia, medido pelas receitas e gastos públicos. Neste caso, o Brasil, por exemplo, aproxima-se do padrão europeu ocidental (veja-se Tabela II). Trata-se de avaliar o peso na definição dos investimentos, tanto pela via direta da participação das empresas estatais, quanto pelo comprometimento do Estado com os investimentos. Há evidente liderança do Estado nos processos de expansão. (Desenvolvemos este argumento em outro trabalho: <http://www.rep.org.br/PDF/142-6.PDF>)

Esse conjunto de elementos possivelmente afeta de maneira decisiva as condições de reprodução social no Brasil. Há, ainda, outros elementos a considerar, como o grau de internacionalização da economia e a exagerada concentração de renda e riqueza. A análise do potencial de desenvolvimento brasileiro exige apreensão de todos eles, de modo a explicar o descompasso entre o progresso que alcançamos e aquele que poderíamos alcançar.

Entendo que a ausência de de-

bate sobre desenvolvimento na conjuntura e a sua contraface, que é a resignação com as nossas condições históricas concretas de desenvolvimento, sustentam-se no enraizamento do processo de reprodução social. Os elementos estruturais impedem processos de mudança. Parece não haver alternativa.



**Tabela II – Importância relativa do Setor Privado na Formação Bruta de Capital Fixo - Economias nacionais selecionadas por disponibilidade de dados (% PIB)**

períodos	1990		2000		2005		2010		2015	
	Total	Privado								
Bolívia	12.6	5.0	17.9	12.8	13.0	6.1	16.6	7.1	..	..
Brasil	20.7	16.9	18.3	14.8	17.1	14.2	20.5	16.6	18.2	..
Colômbia	16.6	10.2	14.1	..	19.7	..	21.9	..	26.7	..
Equador	18.3	..	19.0	13.8	20.4	15.7	24.6	13.7	27.0	..
Egito	26.9	12.3	18.9	9.1	17.9	8.6	19.2	10.5	13.7	7.9
Índia	23.8	13.6	22.7	16.0	30.3	23.0	30.9	22.7	..	..
Irã	27.0	20.0	31.3	23.1	28.7	18.9	27.8	20.4	..	..
México	17.9	13.6	20.9	15.4	21.3	16.7	21.1	15.5	22.2	18.3
Peru	15.1	11.8	19.0	14.8	17.4	14.3	25.0	19.1	24.3	19.3
Rússia	28.7	..	16.9	15.1	17.8	14.0	21.6	18.9	21.9	19.7
África do Sul	19.1	15.3	15.6	11.4	17.2	12.8	19.3	12.4	20.0	12.7
EUA	21.2	16.6	23.0	19.8	22.8	19.3	18.0	14.0	19.6	..
Uruguai	12.1	9.3	14.3	10.7	16.5	13.2	19.1	14.6	19.9	15.4
Venezuela	14.1	..	21.0	14.2	20.3	12.1	18.7	7.4	..	..

Criado a partir do *World Development Indicators*  
Series: *Gross fixed capital formation (% of GDP)*

Em franco contraste com toda essa análise estrutural estão questões colocadas no plano das finanças. À parte dos rebaixamentos de classificação impostos pelas principais agências de cálculo de risco de crédito e investimento, o Brasil segue sendo uma das principais economias do mundo em oportunidades de investimento. Esta é outra de nossas especificidades, que nos diferencia dos países europeus antes citados como referência de desenvolvimento social que o capitalismo pode oferecer. O país está para ser construído.

Este aparente paradoxo entre o potencial e o efetivo estabelece-se pela reprodução social sem transformações significativas, mesmo aquelas colocadas nos parâmetros do capitalismo. Os frutos do desenvolvimento brasileiro são apropriados por poucos, parte importante deles em associação com interesses estrangeiros. Diante da fragmentação da representação política, não há forças sociais em condições de promover mudanças. Só um colapso do processo de reprodução social pode alterar a tendência histórica.

Entendo que sem o enfrentamento dos elementos centrais do processo de reprodução social, a discussão de alternativas de desenvolvimento vira questão meramente acadêmica. E sabemos que o desenvolvimento tem natureza eminentemente política.

A guinada conservadora que vem ocorrendo na região da América Latina, com incapacidade das forças progressistas de garantir sucessores em processos eleitorais, tem muito a ver com as políticas de desenvolvimento efetivamente realizadas. É preciso análise caso a caso, mas no geral essas políticas não foram capazes ou não se propuseram a fazer mudanças estruturais, circunscrevendo-se ao exercício de governo numa perspectiva progressista. Evidentemente, isto não basta!

\* É professor titular do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, doutor pelo Instituto de Economia da Unicamp, membro da direção da Sociedade Latino Americana de Economia Política e Pensamento Crítico (Sepla) e ex-presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), gestão 2012-2016.

# Integração de infraestrutura da América do Sul: recontextualizando o debate sobre a exportação de serviços para obras de infraestrutura

Arthur Koblitz\*

Um dos temas mais polêmicos na atual onda de ataques ao BNDES tem sido o apoio às exportações de serviço de construção. O apoio do BNDES a essas exportações para a América do Sul, na forma de financiamento, normalmente garantido pelo FGE, cresceu consideravelmente durante a última década: de um nível de menos de US\$ 100 milhões no fim dos anos 90 e primeiros anos do novo milênio, a partir de 2004 começa um arranque nos desembolsos chegando-se ao patamar de mais de US\$ 800 milhões em 2011. Nos úl-

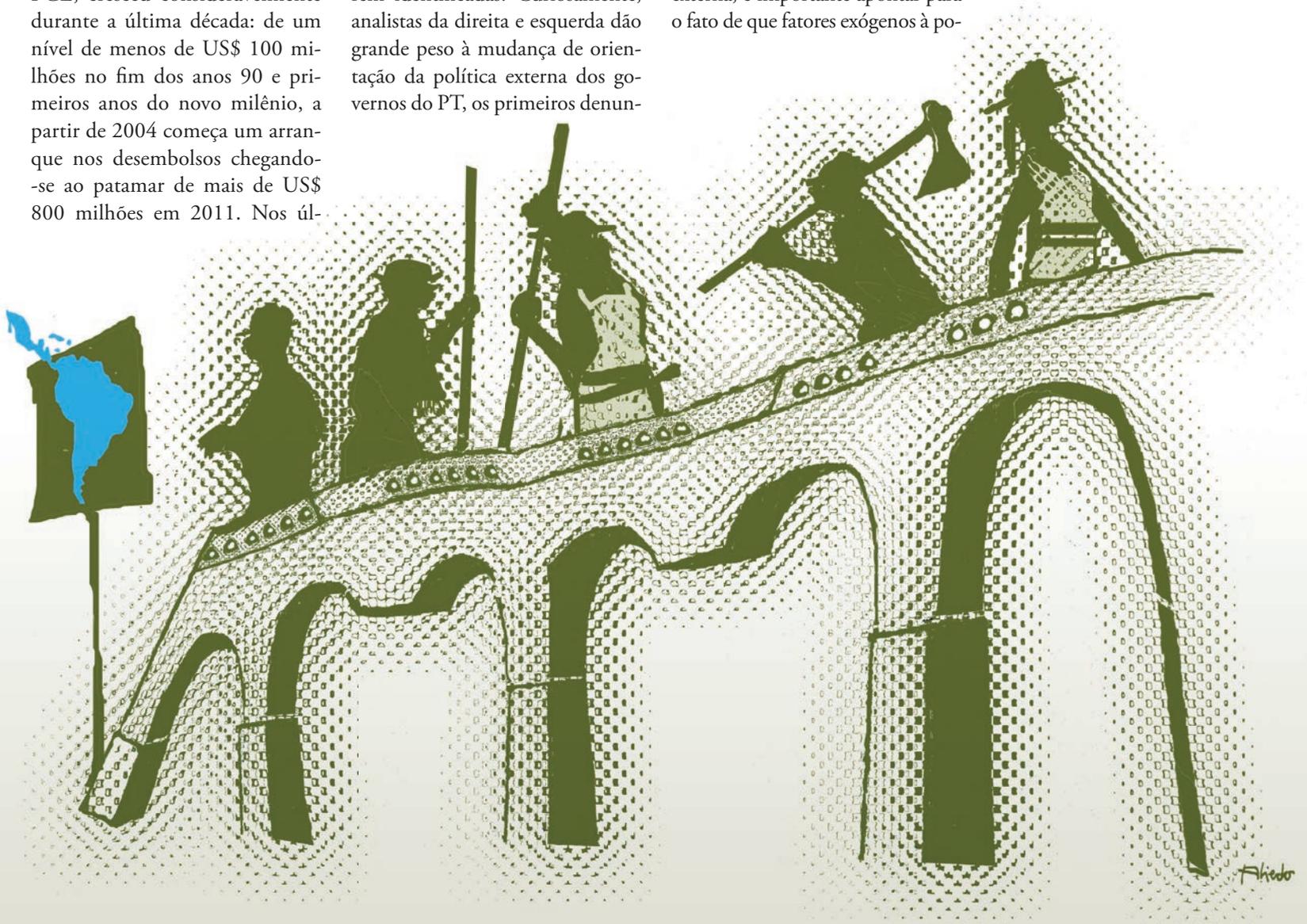
timos dois anos (2014 e 2015) houve um declínio para um patamar de US\$ 300 milhões. Para a América Latina como um todo, os desembolsos seguem um mesmo padrão, atingindo o pico de mais de US\$ 1 bilhão em 2011.

As razões para o crescimento dos desembolsos para a América do Sul não são difíceis de serem identificadas. Curiosamente, analistas da direita e esquerda dão grande peso à mudança de orientação da política externa dos governos do PT, os primeiros denun-

ciando supostas preferências por países alinhados ideologicamente ao governo brasileiro e os últimos para mostrar como os objetivos de integração regional foram perseguidos pela política externa, em contraste com a atuação de governos anteriores.

Sem querer negar completamente o papel do viés da política externa, é importante apontar para o fato de que fatores exógenos à po-

lítica externa brasileira foram provavelmente preponderantes. Dois dos maiores demandantes dos serviços de construção brasileiros na América do Sul foram Argentina e Venezuela. A partir de 2007, com exceção do ano de 2014, mais de 70% dos desembolsos da modalidade pós-embarque (da qual as ex-



portações de serviços de construção e engenharia formam um subconjunto, ou seja, a modalidade pós-embarque também envolve as exportações de bens de capital não associados a obras de infraestrutura, como aviões da Embraer, carrocerias de ônibus, máquinas etc.) foram destinados a Argentina e Venezuela. Em cinco desses nove anos, a porcentagem destinada a esses países foi de mais de 87%. Qual a razão para isso?

Dois razões muito distintas. No caso da Venezuela, a política externa voltada para promover a integração da região e tornar a Venezuela mais independente dos Estados Unidos implicou uma demanda por serviços de construção e engenharia provinda dos países da região, em especial do Brasil. Do lado da Argentina, a conhecida situação de isolamento financeiro, consequência da punição do sistema financeiro global pela renegociação autônoma da dívida externa, acabou por encontrar no Brasil (e depois na China) um ofertante de crédito para obras de infraestrutura.

Do ponto de vista da oferta, o componente brasileiro da explicação, o crescimento dos desembolsos para exportação de serviços de infraestrutura resulta da situação histórica na qual as grandes construtoras criadas nos anos 70 continuavam em busca de alternativas para a não retomada dos investimentos em infraestrutura interna no Brasil, mesmo após o Plano Real e a da situação de estabilidade de preços. A confirmação dessa situação foi o fracasso do governo FHC nesse terreno: quem lembra do Avança Brasil? A situação das empresas de construção brasileiras e seu interesse na “integração” são bem argumentados num artigo de Roberto Iglesias de 2008. O

que Iglesias chega a perceber, mas não conclui, é que o interesse dessas empresas não é tão vinculado à integração, como a obras de infraestrutura na região. Não há razão para imaginar que essas empresas, por exemplo, teriam preferência por obras de integração em relação a obras de infraestrutura urbana.

Entretanto, o que é mais paradoxal e revelador da completa falta de foco em problemas reais do desenvolvimento nacional do debate marcado, de um lado, pela defesa das políticas vigentes no período petista, e do outro, pela crítica neoliberal a essas políticas, é como se pode discutir os méritos da exportação de serviços de engenharia sem se considerar a seguinte situação peculiar do Brasil: estamos cercados de projetos de infraestrutura que estão geograficamente localizados fora do território nacional, mas que são de altíssimo interesse nacional. São os projetos de integração de infraestrutura da América do Sul.

Uma rápida listagem das razões de esses projetos serem estratégicos, no sentido preciso de uma estratégia de desenvolvimento econômico, pode ser útil a esse ponto:

- O Brasil é, ainda, o país mais industrializado da região. A ampliação do mercado regional, pela sua integração, significa que o país tem muito a ganhar;

- A importância da questão da falta de uma infraestrutura logística é reconhecidamente um dos grandes obstáculos à integração da região e uma das características distintivas da situação geográfica da América do Sul. Nos anos 50, Raymond Mikesell, que desempenharia importante papel numa série de debates sobre a integração latino-americana nos anos 60, já tratava do tema das dificuldades criadas pela ausência de uma infra-

estrutura de transportes. No livro que veio a ser referência internacional sobre o tema da integração econômica, Bela Balassa, apoiando-se em Mikesell, diagnosticava: “no caso da América Latina, barreiras naturais ao intercâmbio econômico são mais formidáveis do que nos Estados Unidos”;

- Pode-se argumentar que os obstáculos logísticos são mais fundamentais que os tarifários para a integração regional. Pouca dúvida resta que, dada a redução das tarifas nos últimos 20 anos, são as barreiras logísticas, e não as tarifárias, as mais significativas para o impedimento do comércio regional na América do Sul. Maurício Mesquita escreveu uma série de artigos para mostrar essa situação;

- A realização de uma carteira importante de obras de infraestrutura, junto com a ampliação de mercado dela decorrente, somada ainda aos programas de inclusão social, que deram mostras de serem inexoráveis na região, poderia significar o estímulo necessário para um projeto sério de reindustrialização da região e uma alternativa à aposta exclusiva na inserção em “cadeias globais de valor”, as quais, como vários analistas apresentam de forma convincente, na verdade são uma abstração distorcida da realidade, que são cadeias regionais de valor.

O maior benefício de uma obra infraestrutura está não nos efeitos para trás, mas nos efeitos para frente. Isso é tanto mais verdade quanto mais se leve em conta a situação de um país que já adquiriu a capacidade para realizar obras de infraestrutura, como é o caso do Brasil. Segue que se há obras de infraestrutura a serem realizadas no exterior que tem impactos diretos no Brasil, como é o caso dos projetos integracionistas, não é possível tratá-los em

pé de igualdade com obras de infraestrutura que não tenham esse impacto – por exemplo, a realização de uma obra de saneamento ou metrô em outro país. Que fique claro o que está sugerido aqui: não se trata de um ataque ao apoio à exportação de serviços para projetos de infraestrutura urbana nos países da região, ou fora dela, mas uma crítica à igualdade de tratamento entre esses projetos e os de integração.

Se o debate sobre exportação de serviços de construção fosse feito nesse contexto da integração, a primeira conclusão que chegaríamos é que a exportação desses serviços tem sido insuficiente e não exagerada, como muitas vezes fica sugerido. Em segundo lugar, teríamos que reconhecer o quanto o atual sistema de apoio à exportação e planejamento tem se mostrado incapaz de lidar com a importância do tema da integração. Depois de 16 anos de IIRSA (Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul), a participação do nosso sistema de apoio à exportação é virtualmente nula. Finalmente, precisaríamos entender as causas da inadequação do sistema atual.

O debate sobre exportação de serviços de construção é encaminhado no Brasil ignorando que o país tem um grande interesse em obras de infraestrutura a serem realizadas fora de suas fronteiras, mas que são ao mesmo tempo de grande consequência doméstica para o Brasil. O país está cercado por países vizinhos com os quais as relações diplomáticas são favoráveis e que podem ser fontes de fornecimento de energia e de mercado para produtos industriais.

\* É doutor em Economia do IE/UFRJ e diretor da AFBNDES, Associação dos Funcionários do BNDES.

# Estado e distribuição de renda na América Latina e Caribe: notas sobre a experiência brasileira recente

Eduardo Fagnani\*

**E**studos realizados pela Cepal (2012) ressaltam que os fatores determinantes para a redução das desigualdades sociais e da pobreza extrema no continente na década passada estão associados ao crescimento econômico impulsionado pelo comércio internacional favorável. A melhoria nos fundamentos macroeconômicos potencializou o gasto público e seu componente social. A atividade econômica contribuiu para a retração da taxa de desocupação, criação de empregos, elevação da renda laboral e formalização dos postos de trabalho. Esse conjunto de fatores proporcionou melhora significativa das desigualdades sociais e queda da pobreza.

No caso brasileiro, o contexto internacional favorável também contribuiu para que o crescimento voltasse a ter alguma centralidade na agenda macroeconômica, o que não ocorria há mais de duas décadas. A economia voltou a crescer e teve reflexos na expansão do gasto social, na geração de empregos formais, na redução da taxa de desocupação, na elevação real do salário mínimo e da renda do trabalho. Esse conjunto de fatores potencializou os efeitos redistributivos da Seguridade Social instituída pela Constituição de 1988. Esses fatos foram determinantes para a melhoria dos indicadores sociais, tais como distribuição da renda do

trabalho, mobilidade, consumo das famílias e redução da miséria extrema – ao contrário da visão liberal, que credita esses avanços aos programas focalizados de combate à pobreza.

## Inclusão social sem reformas estruturais

Entretanto, o limitado “experimento desenvolvimentista” dos governos petistas esteve muito aquém dos seus propósitos. Na verdade, caminhou-se no sentido da construção de um modelo econômico menos perverso que o padrão histórico. Na mesma perspectiva, a visão de que os governos progressistas eleitos no Brasil e em diversos países da América Latina seriam “pós-neoliberais” não tem sustentação empírica.

É fato que, entre 2006 e 2014, foram feitos progressos sociais significativos. Entretanto, essa inclusão não veio acompanhada pelas reformas estruturais (política, tributária, agrária, regulação da mídia, dentre outras) requeridas pela pretendida “ruptura necessária” e pelas medidas requeridas para que inclusão se consolidasse. O “tripé” macroeconômico, introduzido em 1997, manteve-se absolutamente intacto, e a privatização do que restou do Estado foi incentivada, especialmente na oferta de serviços sociais.

Em grande medida, isso decorreu do “modelo de transforma-

ção lenta e dentro da ordem” que pautou a atuação dos governos do Partido dos Trabalhadores (SINGER, 2012). Entretanto, sem isentar o PT de seus erros, é preciso reconhecer que o imobilismo não é criatura exclusiva do partido. Os vícios e distorções do sistema político não podem ser desprezados. O imobilismo também reflete o estágio cultural e de politização da sociedade. Por último, e mais relevante, na atual etapa da concorrência capitalista sob a dominância das finanças globalizadas, a correlação de forças é implacavelmente desfavorável à viabilização de projetos progressistas de transformação.

## Novos desafios ao pensamento estruturalista

No século 21, a formulação de um projeto de desenvolvimento coloca novos desafios ao pensamento estruturalista. Além da ênfase na industrialização, na expansão do mercado interno de consumo de massas e na superação da heterogeneidade estrutural da economia, entende-se que também é necessário formular ações específicas voltadas para promover uma sociedade mais homogênea e igualitária, assentada na defesa dos valores do Estado de Bem-estar Social, muitos dos quais incluídos na Constituição da República.



## Enfrentar as diversas faces da desigualdade social

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Essa marca tem raízes históricas ditadas pela industrialização tardia, pela curta e descontinuada experiência democrática e, especialmente, pelo longo passado escravocrata. Em pleno século XXI, a sociedade ainda não foi capaz sequer de enfrentar desigualdades históricas herdadas de mais de três séculos de escravidão. Apesar dos avanços recentes, o país permanece entre as vinte nações com maior concentração de renda do mundo. O sistema tributário não taxa os ricos, a secular concentração da riqueza agrária continua intocada, a apropriação física do espaço urbano é assimétrica entre classes sociais e a estrutura do mercado de trabalho guarda traços de economias subdesenvolvidas. As iniquidades também estão presentes na profunda discrepância do acesso aos serviços sociais básicos entre classes sociais e regiões do país.

A construção de uma sociedade menos desigual requer que aperfeiçoemos nossa democracia; que reforçemos o papel do Estado; requer uma gestão macroeconômica voltada para criar um ambiente favorável à redução continuada das desigualdades; requer a consolidação de políticas sociais universais que assegurem o acesso a serviços sociais básicos e ampliem a cidadania; requer também que se consolidem e preservem direitos sindicais e trabalhistas e os direitos humanos. Além desses “velhos problemas”, um projeto de desenvolvimento também deve enfrentar a questão demográfica,

que pressionará Estado, sociedade e democracia para que enfrentem novos desafios.

### Implusão das pontes para o desenvolvimento

Entretanto, com o golpe parlamentar, todas as pontes para o desenvolvimento estão sendo implodidas. O período 2015-18 pode representar o fim do ciclo iniciado em meados dos anos de 1970, marcado pela crença no devaneio de uma restauração democrática e da inédita vigência da cidadania plena no país. A

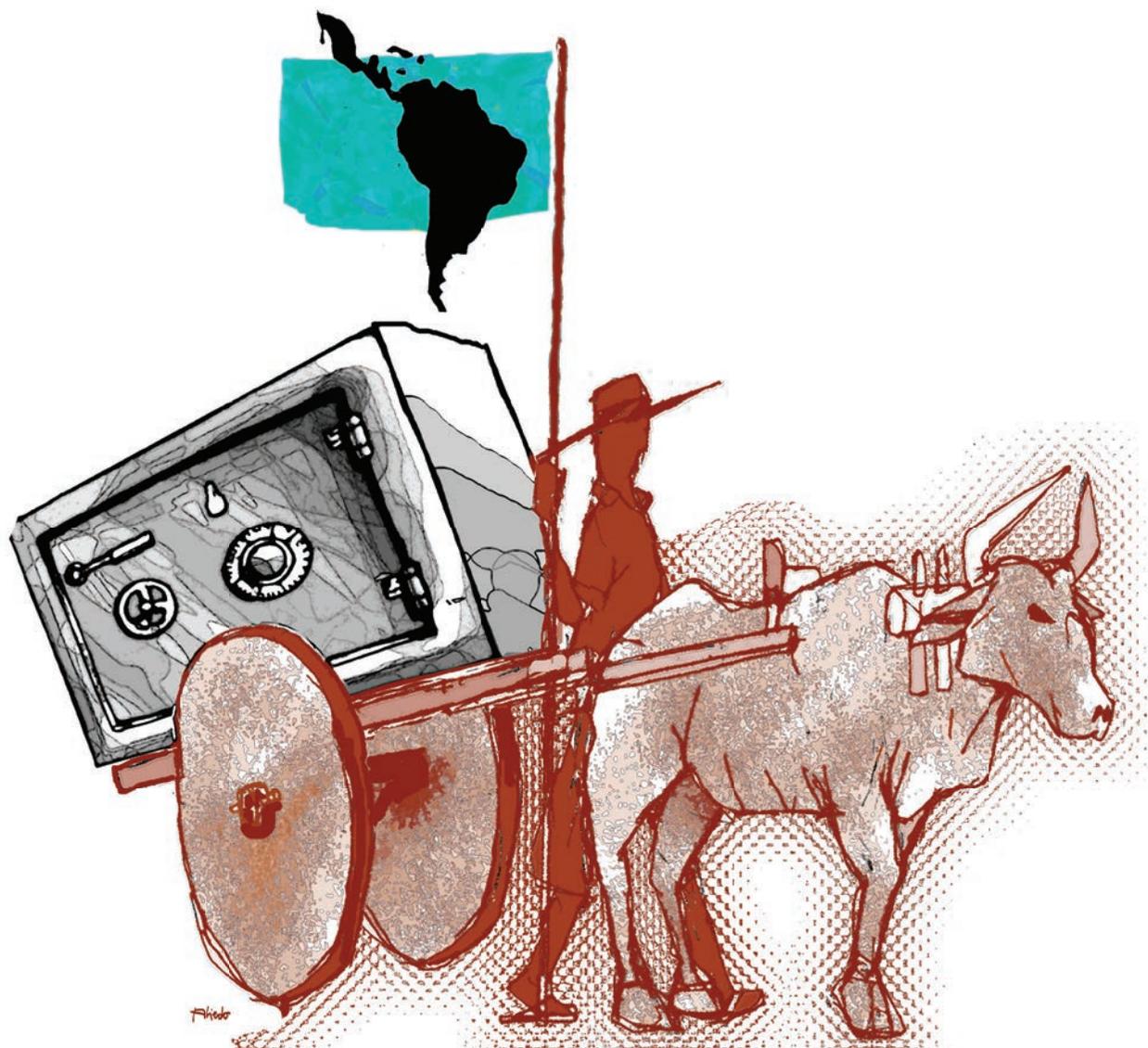
radicalização do projeto ultraliberal e conservador caminha no sentido de levar ao extremo a reforma liberal do Estado iniciada nos anos de 1990; aprofundar a implantação da arquitetura institucional ortodoxa na gestão macroeconômica; destruir as bases financeiras e institucionais do Estado Social e implantar o Estado Mínimo; fazer retroceder os direitos trabalhistas ao estágio em que se encontravam um século atrás; e regredir avanços modestos nos direitos humanos e nos direitos das populações indígenas e quilombolas. Nesse cenário, o autoritarismo ressurgue

como garantia pressuposta da ordem e do progresso.

### Referências

CEPAL, 2012, Cambio estructural para la igualdad: una visión integrada del desarrollo, Cepal.  
SINGER, André (2012). Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

\* É professor do Instituto de Economia da Unicamp, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (Cesit) e coordenador da rede Plataforma Política Social – Caminhos para o Desenvolvimento ([www.plataformapoliticasocial.com](http://www.plataformapoliticasocial.com))



# A verdade sobre o anatocismo

Newton Bandeira de Mello Golek\*

**A**o longo dos 12 anos em que atuo como perito judicial na área econômico-financeira, especificamente quando o assunto é referente à capitalização dos juros pelos bancos, tenho observado que um determinado número de “profissionais” que se apresentam como “peritos” afirmam categoricamente que as referidas instituições não capitalizam os juros (incluindo a Tabela Price) e que, portanto, não há anatocismo. E, além de se apoiarem em legislações e súmulas para justificar o injustificável, distorcem a verdade, através da canibalização da matemática financeira. Tal fato, além de preocupante, é alarmante, tendo em vista que tais afirmações, além de faltarem com a verdade, comprometem as decisões judiciais.

Em virtude disso, tendo em vista que na literatura da matemática financeira não existem leis jurídicas e sim fórmulas e conceitos sobre juros simples e juros compostos, decidi de uma vez por todas, com base na minha formação e em meus contínuos estudos, por fim à esta discussão desnecessária, apresentando a verdade sobre o assunto, para que a discussão saia de vez do campo da matemática e fique definitivamente no campo jurídico.

Apresentarei todas as provas matemáticas por etapas, para que, de uma vez por todas, após este esclarecimento, o assunto seja encerrado.

## 1 - Conceitos de Juros Simples e Juros Compostos

### 1.1- Juros Simples

#### (Capitalização Simples ou Linear)

São os juros nos quais o investidor, no período T, recebe juros sobre o

capital investido originalmente, ou seja, são os juros aplicados sobre o capital original.

Em cada período, o investidor recebe o valor  $iC$  de modo que após  $n$  períodos o seu saldo passa a ser:

$$FV = PV(1+i)n$$

Onde:

FV=Valor Futuro

PV= Valor Presente

$i$ =taxa

$n$ = prazo

#### Exemplo:

Qual é o valor de um Montante (Capital + juro) a 10% a.m. no prazo de 12 meses, sendo que o capital aplicado seria de R\$ 1.000,00?

#### Solução:

Aplicando-se a fórmula acima, obteríamos o valor de R\$ 2.200,00, conforme abaixo demonstrado:

$$FV = ?$$

$$PV = R\$ 1.000,00$$

$$I = 10 \%$$

$$n = 12$$

$$FV = R\$ 1.000,00 \times (1+0,1 \times 12)$$

$$FV = R\$ 1.000,00 \times 2,2$$

$$FV = R\$ 2.200,00$$

Se observarmos, veremos que, sob a ótica da matemática pura, estamos diante de uma equação de primeiro grau ou equação linear conforme abaixo:

$$y = ax+b \text{ onde:}$$

$$a=100$$

$$x = \text{tempo.}$$

$$B = 1000$$

$$Y = 100x + 1000$$

Se aplicarmos a nomenclatura da matemática financeira, seria:

$$Y = 100x (\text{tempo}) + 1000 (\text{capital}).$$

Observa-se que o saldo devedor cresce de uma forma linear, ou seja, R\$ 100,00 por mês, formando uma Progressão Aritmética de razão 100, conforme também demonstrado na equação linear “ $Y = 100x + 1000$ ”.

### 1.2- Juros Compostos (Capitalização Composta ou Exponencial)

São os juros os quais o investidor, no período T, recebe juros sobre o capital investido originalmente e ainda todos os juros acumulados nos períodos anteriores. Ou seja, são os juros que são cobrados sobre o saldo devedor anterior num determinado período de tempo. No caso de juros compostos, o lucro do investimento não depende do capital investido, mas apenas a taxa de juros  $i$  e do prazo total  $n$ .

Seria representado pela equação:

$$FV = PV (1+i)^n$$

#### Exemplo:

Qual é o valor de um Montante (Capital + juro) a 10% a.m. no prazo de 12 meses, sendo que o capital aplicado seria de R\$ 1.000,00?

#### Solução:

Aplicando-se a fórmula acima, obteríamos o valor de R\$ 3.138,43, conforme abaixo demonstrado:

$$FV = ?$$

$$PV = R\$ 1.000,00$$

$$I = 10 \%$$

$$n = 12$$

$$FV = R\$ 1.000,00 \times (1+0,1)^{12}$$

$$FV = R\$ 1.000,00 \times 3,13843$$

$$FV = R\$ 3.138,43$$

Se observarmos, veremos que, sob a ótica da matemática pura, esta-



mos diante de uma função exponencial, conforme abaixo:

$$Y = 1000e^{0,0953x}$$

## 2 - Um breve comentário sobre Richard Price

Price confeccionou então a fórmula que produz a recuperação do capital a “juro composto”, que é a mesma coisa que “juro sobre juro” pelo sistema de pagamentos parcelados.

Ou seja, ele mesmo afirma e confessa que suas próprias tabelas são baseadas em juros compostos.

Portanto senhores magistrados, não há como negar, diante das provas matemáticas apresentadas, que a Tabela Price capitaliza os juros da forma composta.

\* É economista e perito judicial.

#### Referências:

NOGUEIRA, Jorge Meschiatti. Tabela Price: mitos e paradigmas.

FORGER, Frank Michael. Saldo Capitalizável e Saldo Não Capitalizável: novos algoritmos para o regime de juros simples.

# As promessas eleitorais e a realidade orçamentária carioca

*“Nunca se contam tantas mentiras quanto antes das eleições, durante as guerras e após as pescarias”.*

Otto Von Bismarck

A transição de um governo para outro sem ter a característica de continuidade, como é o caso da cidade do Rio de Janeiro, em que o candidato apoiado pelo atual prefeito nem chegou a ir para o segundo turno eleitoral, requer uma maior atenção entre o instrumento legal de planejamento – orçamento público – e as promessas apresentadas pelo candidato eleito. Afinal, a Lei Orçamentária Anual (LOA) fornece o melhor indicativo do que o governo fará no ano seguinte. Algumas promessas de campanha do recém-eleito Marcelo Crivella dialogam diretamente com programas e ações já existentes; portanto, já possuem previsões de gastos e histórico de ações. Focamos em quatro grandes áreas – saúde, educação, segurança e mobilidade urbana – por estarem destacadas no programa de governo divulgado no período eleitoral.

Sempre que possível, foi analisada a evolução dos gastos realizados e os que estão em pauta para 2017, inclusive as suas respectivas metas físicas. Comentamos a trajetória e perspectiva da receita do município, comparando o atual contexto de crise das três esferas de governo com os esforços relacionados aos grandes eventos internacionais, que encontraram o seu fim junto às Olimpíadas Rio 2016.

Todos os dados referentes aos



anos anteriores foram deflacionados pelo IPCA-E de setembro de 2016. Os dados são do Portal Rio Transparente, das Prestações de Contas do Município, da Lei Orçamentária Anual de 2016 e do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2017.

## A arrecadação deve limitar as despesas?

Um importante aspecto a ser analisado ao elaborar o orçamento é se a arrecadação de receitas será suficiente para arcar com as despesas. O histórico recente da arrecadação municipal e as estimativas encontradas no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2017 indicam a trajetória.

Os megaeventos sediados na cidade impulsionaram o recebi-

mento de recursos, sobretudo através das operações de crédito e das transferências de capital. O gráfico 1 apresenta as principais receitas arrecadadas para os anos de 2013 a 2015, assim como as suas estimativas para 2016 e 2017. Para o ano de 2016, as linhas de operações de crédito e as transferências de capital trazem os mesmos valores estimados na LOA 2016; já as receitas total e tributária e as transferências correntes correspondem a projeções baseadas nos gastos realizados até outubro.

Cabe destacar que as Transferências de Capital tiveram um aumento de 369% entre os exercícios de 2013 e 2016 e que dentre as principais despesas financiadas por essas receitas estão a construção e operação do Parque Olímpico, o Complexo Esportivo de

Deodoro e o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) do Centro – todas relacionadas à construção e realização dos megaeventos. Da mesma forma, as Operações de Crédito mais que dobraram entre 2013 e 2014. Para 2017, com o fim do ciclo de megaeventos, tanto as operações de crédito quanto as transferências de capital têm previsões de quedas acentuadas, 35,6% e 70,1% respectivamente.

Por outro lado, as mais importantes fontes de arrecadação, as Receitas Tributárias, encontram previsões constantes na LOA 2016 e no PLOA para 2017. Entretanto, em nossas projeções encontramos que já em 2016 a arrecadação tributária só atingirá 94% do valor total estimado, e visto que a crise financeira implicou diminuição do consumo, com uma queda real de

11% na arrecadação do ICMS, segundo a Secretaria de Estado de Fazenda, as Transferências Correntes também poderão decepcionar.

A própria previsão governamental já demonstra uma queda em toda a receita de 9,3% para 2017. Portanto, o cenário para 2017 é de significativa diminuição do volume de recursos para o início do mandato do prefeito eleito.

A seguir, a interseção das principais promessas eleitorais vis-à-vis os dados orçamentários.

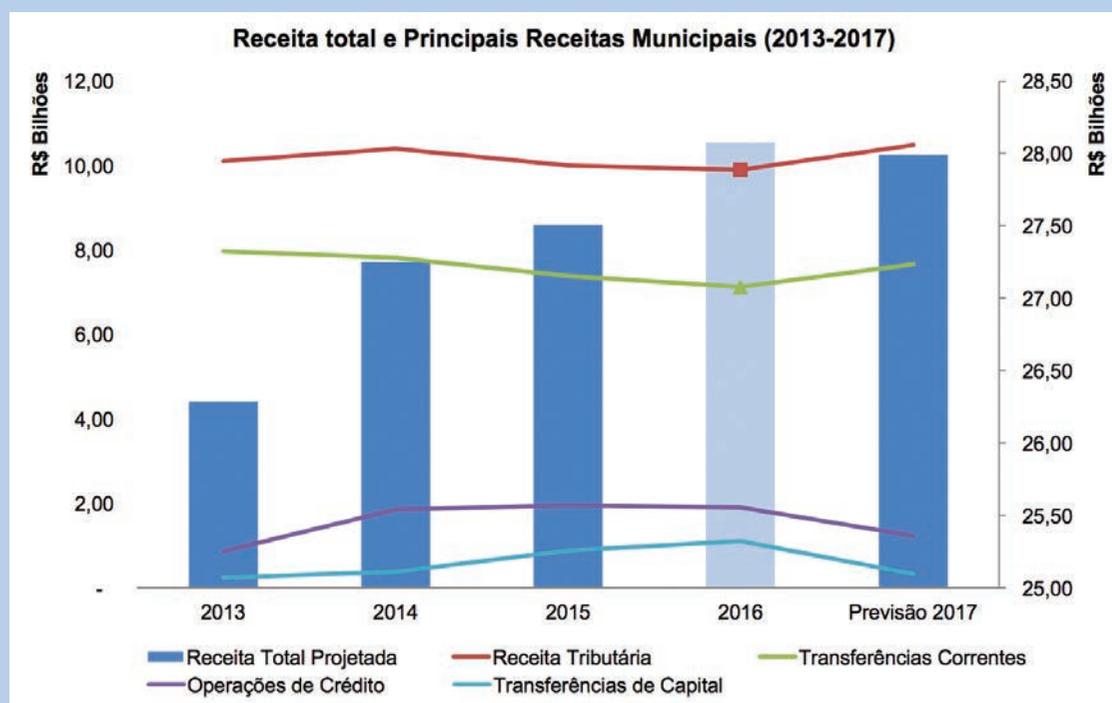
## A prioridade número 1: Saúde

Na PLOA de 2017 estão previstos gastos com Saúde no montante de R\$ 5,4 bilhões, 9,2% a mais que 2016. Entretanto, já nesse ano se constata um aumento nos custos da saúde, pois de janeiro a agosto de 2016 gastou-se R\$ 3,6 bilhões (23,4% a mais que 2015); logo, a projeção até o final do ano alcança cerca de R\$ 5,4 bilhões em 2016. Ou seja, um valor maior do que o previsto para 2016 e o mesmo estimado para o exercício de 2017.

Tal aumento explica-se pela incorporação de dois hospitais estaduais, Rocha Faria e Albert Schweitzer, à administração municipal em janeiro de 2016 e “repasados” à Organização Social (OS) Therezinha de Jesus por um período de seis meses, no valor de R\$ 260,3 milhões. Em julho, foi firmado um segundo contrato, com a mesma OS e pelo mesmo prazo, dessa vez por R\$ 149,2 milhões. Totalizou-se, assim, no exercício de 2016 o valor de R\$ 409,5 milhões para a gestão dos dois hospitais.

Curiosamente, durante a vigência do segundo contrato, a prefeitura assina mais dois contratos, um em 20 de julho e outro em 11

**GRÁFICO 1: Evolução das Principais Receitas Municipais (2013-2017)**



Fontes: Prestações de Contas do Município (2013-2015), da Lei Orçamentária Anual de 2016 e do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2017.

de outubro de 2016<sup>1</sup>. O primeiro com a OS IABAS para gestão do Rocha Faria, com prazo até julho de 2018, no valor de R\$ 233,3 milhões e o segundo com a OS Cruz Vermelha Brasileira para gestão do Albert Schweitzer, com prazo até outubro de 2018, no valor de R\$ 374,2 milhões. São questionáveis os motivos que levaram à assinatura desses dois contratos, uma vez que já existia um contrato para gestão até o final de 2016.

Já dentre as propostas enunciadas destacam-se:

- Implantação de Coordenações de Emergência Regional (CER) em 2017 ao lado dos hospitais Rocha Faria, Salgado Filho e Albert Schweitzer. Atualmente, existem cinco CERs na cidade;

Pode-se projetar os custos dessas três unidades, com base na manutenção das unidades existentes. Em média, cada unidade consome R\$ 29,5 mi-

lhões por ano, logo três unidades custariam R\$ 88,5 milhões – sem considerar os gastos com a construção. Por exemplo, na construção do CER/Hospital Miguel Couto se investiu R\$ 10,1 milhões. Em 2017, somente R\$ 5 milhões são destinados a investimentos.

- Municipalização de dezesseis Unidades de Pronto Atendimento (UPA) estaduais até 2018. Em 2015, o Estado do Rio de Janeiro gastou em sua manutenção R\$ 382,1 milhões;
- Elevação em 20% do número de leitos hospitalares até o final de 2018. Para 2017 são previstos 4.586 leitos para a cidade. Assim, para cumprir a promessa seriam necessários mais 917 leitos, equivalente aproximadamente ao número de leitos em três hospitais do porte do Miguel Couto;
- Implantação de vinte unidades para atendimento de especialida-

des médicas (otorrinolaringologia, oftalmologia, dermatologia, ortopedia etc.) até 2020;

- Plano de cargos e salários para servidores em 2017.

Na campanha foi prometido um aumento de R\$ 250 milhões por ano nos próximos quatro anos, de modo a viabilizar a realização de suas propostas para a Saúde. Porém, é perceptível a inviabilidade da execução de todas essas propostas com “apenas” o valor enunciado.

### A outra eterna prioridade: Educação

A principal proposta enunciada é criar 20 mil novas vagas em creches e de 40 mil em pré-escola até 2020. Em 2015, a manutenção das unidades de ensino infantil (creche e pré-escola) custou R\$ 181,3 milhões e, segundo a Secretaria Municipal de Educação, existem 55.299 alunos matriculados em creches e 83.132 alunos matriculados em pré-escola. Criar 60 mil vagas em educação infantil seria um acréscimo de 43,3%, se os custos por aluno mantiverem-se constantes, pode-se projetar um aumento do gasto em R\$ 78,7 milhões.

Para viabilizar essas novas vagas, foi prometido um aumento de 20% no custeio de unidades escolares, equivalente a R\$ 36,6 milhões. Assim, a proposta parece viável, uma vez que é plausível a possibilidade de se aumentar o orçamento da educação em R\$ 78,7 milhões até 2020, haja vista que na PLOA 2017 estão previstos gastos em educação de R\$ 6,6 bilhões. Porém, ressalta-se que esse aumento seria maior que os 20% prometidos.

### O discurso da “ordem” é fortalecido na Ordem Pública e Conservação

A Guarda Municipal (GM-Rio) possui um efetivo de 7.500 guardas e suas principais atividades atuais são a zeladoria de prédios municipais, a aplicação de multas e o controle do comércio ambulante. A proposta é de um redirecionando de suas atividades para:

- Operações de policiamento comunitário com 80% do efetivo, cerca de 6 mil até 2018;
- Universalizar a presença nas unidades escolares – são 1.525 unidades<sup>2</sup> com pelo menos um guarda;
- Fortalecimento da equipe de choque, que seria treinada para “situações extremas” com presença de uma equipe em cada Unidade de Ordem Pública (UOP). Hoje são 10 UOPs – a promessa é dobrar o número até 2020, para 20 unidades.

O cumprimento das propostas passa pelo aumento do efetivo!

Em tempo: a última promessa é uma sinalização de uma guarda orientada para o confronto.

Ainda no contexto da Ordem Pública e Conservação, foi prometida a ampliação do sistema de iluminação pública, via parceria público-privada, até 2019. Porém, nos últimos anos a prefeitura já investiu R\$ 148,1 milhões, em 2014 e 2015. Os resultados alcançados foram cerca de 21 mil pontos de luz implantados e 46 mil reformulados. Em relação a 2016, a expectativa é de implantar mais 3 mil pontos de luz e reformular outros 20 mil, mas dos R\$ 105,4 milhões previstos somente R\$ 29,4 milhões foram gastos. A proposta para 2017 traz, para essa finalidade, apenas uma “janela orçamentária” de R\$ 2 mil.

### A (i)Mobilidade Urbana

A função pública no transporte urbano pode ser dividida em duas dimensões. A primeira é de caráter predominantemente regulatório e fiscalizatório sobre os operadores dos transportes coletivos. Já a segunda é a infraestrutura do transporte, como a construção de vias e equipamentos afins.

Na primeira dimensão, as propostas são de ampliar os serviços prestados pelas concessionárias. Ressalte-se o histórico do poder das empresas de ônibus em influenciar a condução da política para o setor, inclusive como beneficiárias de renúncias fiscais (vide JE/novembro de 2016).

Para infraestrutura estão propostos:

- A conclusão do BRT Transbrasil em 2017;
- A extensão do BRT Transcarioca até a Ilha do Governador até 2020;
- A construção de nove estacionamentos subterrâneos na cidade via parceria público-privada (PPP);
- O reforço da ciclovia Tim Maia (aquela que desabou neste ano);
- O aporte de recursos para a finalização da construção da estação metroviária da Gávea, que é de responsabilidade do Estado.

A efetivação das propostas, que não foram dimensionadas em valores monetários, vai na contramão da trajetória prevista na função Urbanismo, pois para 2016 a lei orçamentária destina R\$ 4,9 bilhões e a previsão para 2017 é de uma redução em um terço deste montante, ou seja, para R\$3,3 bilhões.

### Considerações Finais

A História tem demonstrado que as promessas eleitorais nem sempre são praticadas, seja por mudança de pensamento do gestor

eleito, seja por incompatibilidade com a realidade imposta pela estrutura e/ou recursos disponíveis. Ou ainda, por simplesmente exercer o chamado “estelionato eleitoral”. Independentemente de como agirá o futuro prefeito carioca, os dados demonstram que haverá um volume menor de recursos públicos municipais do que nos últimos anos. Assim, o crescimento das despesas para o atendimento das propostas enunciadas fica comprometido. Assim sendo, o caminho a ser tomado pode ser: não cumprimento de todas as propostas, redução de outras atividades governamentais atuais para realocação nas propostas ou buscar na sociedade os recursos necessários para a manutenção dos serviços públicos atuais e a sua ampliação para a efetivação das promessas.

Entretanto, o arcabouço legal, sobretudo pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Resolução 43 do Senado, dificulta o aumento de receita via empréstimos; logo, o esforço por mais recursos passa pelo maior recebimento de transferências voluntárias de outros entes federativos – pouco provável, pela presença da crise financeira – ou pela elevação dos tributos, desde que seja de forma progressiva.

Consideramos a última alternativa a mais republicana forma de governar, aqui entendida como busca pelo bem comum, dada a nossa carência social por serviços públicos. Ou seja, qualquer redução do gasto público pode representar um agravamento da nossa vergonhosa desigualdade social.

1 Cabe destacar que o segundo contrato foi feito após a derrota do candidato da situação, Pedro Paulo, no 1º turno das eleições.

2 Hoje, apenas 170 das unidades de ensino são contempladas pela ronda escolar.